

Discurso proferido na abertura do I Encontro Luso-Brasileiro de Museus- Casas^{*}

José Almino de Alencar^{**}

ANOS ATRÁS, EU VISITAVA FERNANDO NORONHA e, ao caminhar por uma das praias, uma cena me chamou a atenção: de um navio ancorado no meio da enseada onde eu me encontrava, descia um grupo de homens – talvez uma dúzia deles – carregando pedras enormes na cabeça. Não havia ancoradouros na ilha e aquela gente, aproveitando a maré baixa, era obrigada a andar uma distância razoável, com água pelo peito e aquela carga pesada. Era um conjunto etnicamente heterogêneo: havia um mestiço escuro, um ruivo, um louro alvíssimo e outros: via-se que não estavam acostumados a tarefas físicas e logo descobri serem de nacionalidades diferentes, porque falavam em inglês, com sotaques diversos e a prosódia dura e elementar, naquilo que se tornou uma espécie de língua franca na comunidade científica mundial. Depositaram as pedras na areia e sentaram-se à volta.[†]

Eram geólogos: lembro-me que havia um nordestino, um americano e o inevitável scholar alemão, como diria provavelmente o nosso Eça de Queirós. Há alguns anos usavam a ilha como um ponto de observação e dedicavam-se à tarefa de estudar uma cordilheira submersa que por ali passava: um enorme complexo geológico que entraria pela África Ocidental, onde aflorava em alguns pontos, talvez até a Nigéria (tratava-se de uma das hipóteses). – “Era como se essas pedras da Nigéria e as pedras daqui de

^{*} Fundação Casa de Rui Barbosa, 13 de agosto de 2006.

^{**} Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Fernando Noronha, falassem entre si”, me disse o tal scholar alemão. E naquela hora estavam todos ali, sentados na praia, a interrogar e a escutar aquelas pedras.

E assim aqui também estamos nós. É claro que a imagem tem o seu quê de poético, mas todos aqui reconhecerão que trai a epistemologia. Não se extraem informações das pedras, elas mesmas são constructos de uma linguagem analítica, fabricações de um sistema simbólico, como os museus. Mas, as pedras haviam reunido aqueles homens (não havia mulheres no grupo) em Fernando Noronha, como os Museus-Casa vos reúne neste momento.

Em torno de pedras – eu posso dizer, somente com um pouquinho de exagero – através de reuniões como este nosso encontro, constroem-se e consolidam-se comunidades, redes sociais inteiras que são incentivadas e sustentadas por vários meios: intelectuais, políticos, institucionais, envolvendo toda uma gama de ações e providências, desde a obtenção de vistos de entrada em países, ao pagamento de passagens, ao financiamento de bolsas de pesquisas, a organização de conferências e simpósios a da elaboração de cursos e de material pedagógico que reproduzem e expandem o conhecimento acumulado e assim por diante. Estranho e fascinante esse mundo da ciência e da cultura.

Meus amigos,

Nesta semana comemoramos 76 anos de existência do Museu Casa de Rui Barbosa com este I Encontro Luso-Brasileiro de Museus-Casas. Faz-me reportar há 11 anos atrás, quando Magaly Cabral, que dirigia o nosso Museu, coordenou a organização do I Seminário Sobre Museus-Casas no Brasil. Ao percorrer os Anais daquele evento pressinto que muito do que ali foi discutido, ressurgirá durante esses próximos debates que se desenrolarão por aqui. Um professor meu de filosofia, ainda no curso secundário, costumava dizer que as perguntas são sempre as mesmas; as respostas, quase sempre variam.

Havia naquele primeiro seminário, questões sobre a identidade dessas instituições, das radiações de seus significados, suas conexões com o imaginário social, da legitimidade histórica, política ou mesmo afetiva dos personagens ou situações que elas representam e das mudanças no contexto histórico e institucional a que elas vêm sendo submetidas.

Ainda na sexta-feira passada, durante uma visita do Ministro da Cultura a essa Casa, eu dizia que setenta e seis anos eram apenas o equivalente da esperança de vida biológica de um europeu comum do Norte da Europa, ou mesmo de um homem ou mulher saídos de uma família das classes abastadas brasileiras. E, no entanto, instituição governamental, a Casa de Rui Barbosa conheceu todos os percalços da nossa vida política: atravessou, desde 1930, cinco regimes políticos, incluindo duas ditaduras, e, no caminho, mutilou-se, refez-se, diversificou-se, cresceu, envelheceu, modernizou-se – tendo incorporado um Centro de Pesquisa em História, Direito, Filologia, Políticas Culturais e na vida e obra de Rui Barbosa; algumas bibliotecas, um Arquivo de Literatura importantíssimo, um Laboratório de Conservação e Restauração de documentos e um Laboratório de Microfilmagem.

Durante, esse período a fortuna crítica do seu patrono, Rui Barbosa, também se modificou. A criação deste Museu-Casa Rui Barbosa corresponde a um período em que a nossa primeira República – o que hoje aqui chamamos de República Velha – tecia os seus mitos e construía o seu panteão de heróis, em contraposição à história imperial do século XIX, que era vista como um prolongamento da nossa experiência colonial, uma espécie de desdobramento local do que havia sido o Reino Unido.

Como salientou Joaquim Falcão naquele já citado Seminário de 1995, citando San Tiago Dantas:

Rui Barbosa foi o arquétipo da nascente classe republicana, urbana e voltada para o desenvolvimento econômico. Arquétipo, diga-se de passagem, não como membro da elite que foi, ou proprietário abonado, comparativamente. Rui não pertencia à classe média. Não é o arquétipo de seu cotidiano. É o arquétipo de seu imaginário. De sua ideologia, dir-

se-ia na década de sessenta. Arquétipo pelo que defendeu e significou. Este significar passa então pelas nascentes questões das liberdades civis, da república, da igualdade, da ética na vida pública.

Eu ajuntaria ainda: certo fervor ingênuo dedicado à cultura e à erudição, associadas a uma demanda por uma sociedade que aliasse o mérito intelectual ao exercício das funções públicas e à mobilidade social.

No entanto, os modernistas logo o transformaram em um de seus algozes, criticando-lhe a retórica arcaizante – fruto de um culto apaixonado dos clássicos portugueses – ironizando a sua gramatiquice e os ecos vieirenses que perpassavam a sua prosa. Por outro lado, os reformadores sociais criticavam o formalismo jurídico de suas soluções políticas, alegando que elas não tinham em conta as especificidades sociológicas do país e a sua dura realidade social.

Hoje em dia, quando os valores democráticos estão mais estabelecidos, louva-se Rui Barbosa por ter persistido na defesa de um arcabouço jurídico liberal e salienta-se a sua contribuição para a introdução e consolidação na legislação brasileira de instrumentos jurídicos fundamentais para a defesa de direitos individuais, tais quais o *habeas corpus*.

Temas e questões análogos não irão faltar nas discussões que se seguirão nos próximos dias e muitas outras ligadas à vida dos museus; como por exemplo, a relação do museu com os seus públicos, com a escola, a sua posição dentro das estruturas governamentais e privadas, o desenvolvimento de múltiplas funções dentro dos museus, o problema da sustentabilidade econômica dessas instituições, as e as suas conexões com o turismo e as atividades de entretenimento.

Naturalmente, devemos obviamente destacar aqui a característica original e pioneira dessa reunião que reúne, pela primeira vez, Museus-Casa portugueses e brasileiros.

As relações históricas entre Brasil e Portugal, fazem-me voltar às pedras e às cordilheiras dos nossos geólogos acima. Nelas, certos aspectos são visíveis e bem definidos como um maciço geológico: a língua é a mesma, as históricas econômicas e

políticas se entremeiam durante um longo período e o fluxo migratório é intermitente, mas de longa constância. No entanto, há muita coisa submersa, muita influência recôndita, muitos fios sutis que unem tradições, expressões culturais, micro-ligações entre províncias, regiões e cidades ainda a reconstruir e que aportariam significado e suporte para atividades dos que se ocupam da memória aqui e em Portugal.

É auspicioso, assim, que esta reunião se dê no ano da comemoração do Centenário de Agostinho da Silva, que festejamos aqui no nosso Ministério da Cultura: ele que foi um luso-brasileiro de tipo especial, porque transportuguês e transbrasileiro e que procurou nos nossos melhores atributos e características as bases de uma civilização mais avançada e, sobretudo, mais feliz. Do alto dos seus lúcidos paradoxos, por vezes delirantes, cheio de paroxismos, quero crer que Agostinho da Silva viria nesta reunião mais um sinal prometededor de uma nova era.